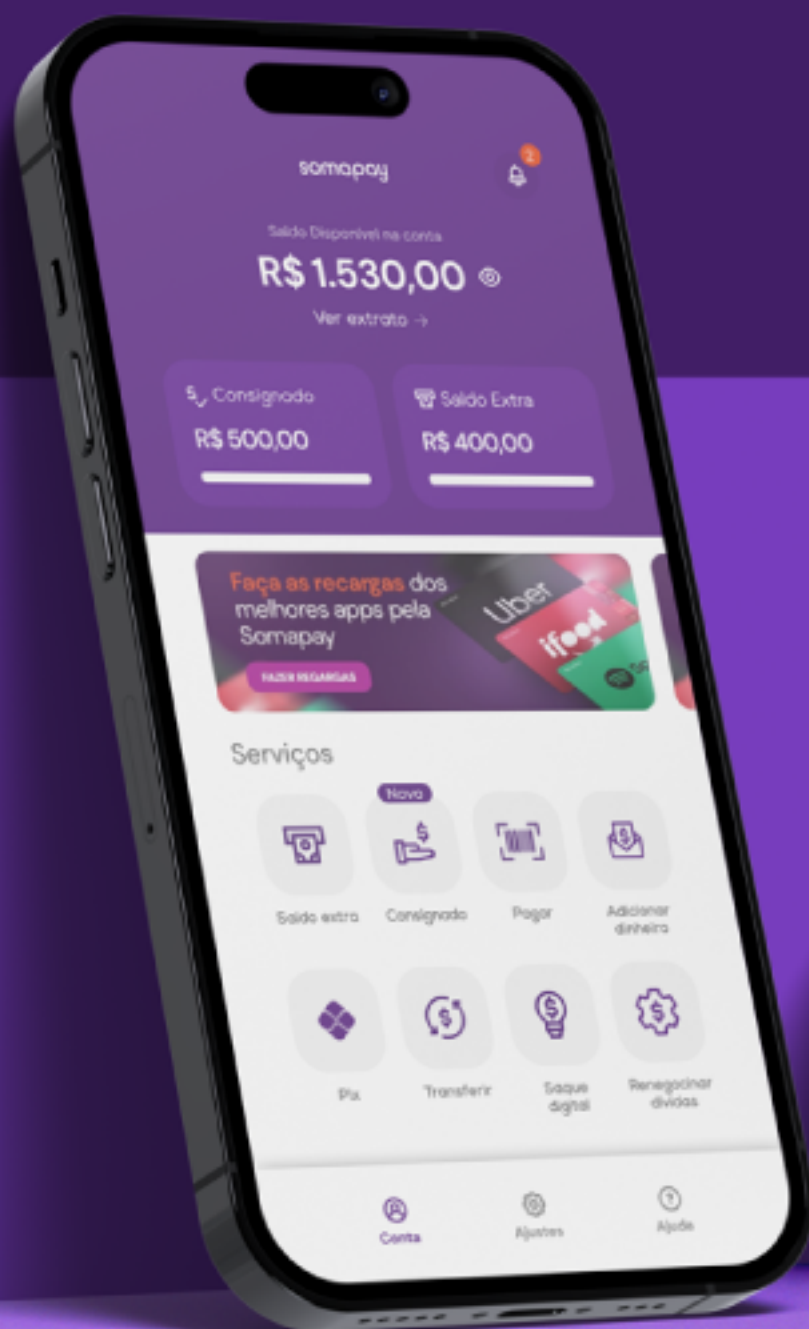


somapay

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023





Demonstrações Financeiras
Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.

Carta de Apresentação

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a **Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.** (“Companhia”) apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras da **Companhia** referentes ao semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório dos Auditores Independentes;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre saliente que a Administração da **Companhia** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorções.

FERNANDO SOARES GURGEL
Diretor Geral e de Contabilidade

FELIPE FERREIRA BRAZ DA SILVA
Contador CRC 1SP331427/O-3

Demonstrações Financeiras
Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.

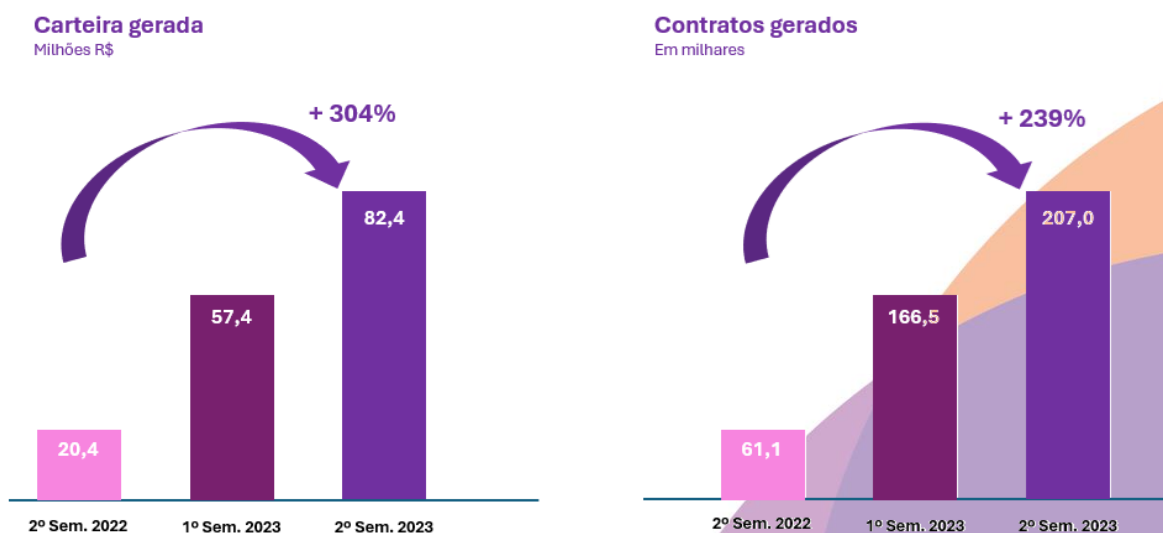
Relatório da Administração

A Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A. tem o prazer de divulgar as suas demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A. é uma companhia privada, constituída em 30 de dezembro de 2021, com sede na cidade de Fortaleza (CE). A companhia começou com a missão de facilitar o processo de concessão de crédito, tornando-o mais rápido e acessível e tem a intenção de democratizar mais produtos e adicionar *social features* para facilitar ainda mais a vida de seus clientes.

Em 1 de julho de 2022, a Companhia iniciou suas operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e, com um curto tempo de operação, a empresa vem expandindo seu ecossistema e alcançando cada vez mais pessoas.

Com apenas um ano e meio de operação, são mais de R\$ 160 milhões em carteira gerada em quase 450 mil contratos no produto Somapay Crédito Emergencial. A evolução a cada semestre é representada abaixo:





Em fevereiro de 2023, com o objetivo de atender cada vez mais as necessidades de nossos clientes, foi lançado o produto Somapay Crédito Pessoal Consignado. Antes de completar o primeiro ano de lançamento, teve-se R\$ 7,069 milhões em carteira originada com mais de 2.600 contratos. Este produto vem se consolidando e ganhando mercado, assim, será fruto de novos investimentos ao longo de 2024.

Em dezembro de 2023, foi lançada a Somapay Conta Digital. Nosso objetivo é fornecer uma experiência mais completa para nosso cliente e fortalecer nosso ecossistema de produtos financeiros. Em 2024, este produto irá se consolidar e ter novas funcionalidades.

100% digital e com uma experiência diferenciada, a empresa, além de crescer organicamente ao distribuir seus produtos financeiros via aplicativo, obtém informações valiosas sobre o comportamento de sua base, o que permitirá o desenvolvimento de novos produtos aderentes às necessidades dos seus clientes. Em 2023, seguimos na estratégia de expandir nossa base, multiplicando a quantidade de clientes em quase 2,5 vezes, saindo de 16,5 mil cliente em 2022 para 40,1 mil clientes em 2023. A evolução deste indicador refletiu no crescimento da carteira de crédito e na receita total da companhia. Para o ano de 2024, já temos um *roadmap* de lançamento de produtos e serviços bem robusto, facilitando cada vez mais o dia a dia dos nossos clientes.

A administração da **Companhia** agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros, Acionistas e Administradores da
Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.
Fortaleza - CE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



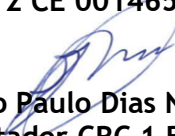
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 02 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 CE 001465/F-4


João Paulo Dias Neves
Contador CRC 1 BA 027946/O-0 - S - CE

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Exercício de 31 de dezembro de 2023 e 2022
Balanco patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
DISPONIBILIDADES	5	1.563	330	DEPÓSITOS	10	2.204	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		8.809	5.182	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES	11	300	67
Títulos e valores mobiliários	6	3.913	993	OUTROS PASSIVOS	11	5.202	1.511
Operações de crédito	7	4.896	4.189	Partes relacionadas	9	32	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	7	(1.124)	(53)	Outros passivos		5.170	1.511
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS EM BANCOS CENTRAIS	8	2.470	-			7.706	1.578
ATIVOS FISCAIS	13	63	36	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
OUTROS ATIVOS		758	1.183	Capital social		5.000	5.000
Adiantamentos		98	29	Reservas de lucros		-	104
Partes relacionadas	9	268	1.153	Prejuízos acumulados		(3)	-
Outros ativos		392	1			4.997	5.104
IMOBILIZADO DE USO DEPRECIADO		185	4				
		(21)	-				
Total do ativo		12.703	6.682	Total do passivo e do patrimônio líquido		12.703	6.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Semnestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Demonstrações dos resultados

	Nota	2º Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Receitas de intermediação financeira		9.591	15.194	2.641
Operações de crédito	7	3.428	6.804	2.300
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros		5.230	7.351	41
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	933	1.039	300
Despesas da intermediação financeira		(563)	(1.071)	(53)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	7	(563)	(1.071)	(53)
Resultado bruto da intermediação financeira		9.028	14.123	2.588
Outras receitas (despesas) operacionais		(7.951)	(13.402)	(2.324)
Receitas de prestação de serviços	14	3.372	5.188	218
Despesas administrativas	14	(7.574)	(11.978)	(1.298)
Despesas de pessoal	14	(2.891)	(5.294)	(1.088)
Despesas tributárias	14	(820)	(1.268)	(155)
Outras receitas (despesas) operacionais		(38)	(50)	(1)
Resultado operacional		1.077	721	264
Imposto de renda e contribuição social	13	(491)	(602)	(66)
Lucro líquido do exercício		586	119	198
Lucro líquido por ação (expresso em R\$ por ação)				
Básico/ Diluído	12	0,12	0,02	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Demonstrações do resultado abrangente

	2º Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	586	119	198
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total	586	119	198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reservas		Lucros (prejuízo) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2022	3.000	1	11	-	3.012
Aumento de capital	2.000	-	-	-	2.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	198	198
Destinações:					
Reserva legal	-	10	-	(10)	-
Reserva de lucros	-	-	82	(82)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(106)	(106)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.000	11	93	-	5.104
Lucro líquido do exercício	-	-	-	119	119
Destinações:					
Reserva legal	-	6	-	(6)	-
Reserva de lucros	-	-	20	(20)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(113)	(113)	(226)
Absorção do prejuízo	(1)	(17)	-	17	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.000	-	-	(3)	4.997
Saldo em 30 de junho de 2023	5.000	11	93	(467)	4.637
Lucro líquido do período	-	-	-	586	586
Destinações:					
Reserva legal	-	6	-	(6)	-
Reserva de lucros	-	-	20	(20)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(113)	(113)	(226)
Absorção do prejuízo	-	(17)	-	17	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.000	-	-	(3)	4.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2° Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	586	119	198
Ajuste por:			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	563	1.071	53
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(859)	(899)	(182)
Depreciação	15	21	-
	305	312	69
Variações patrimoniais:			
Operações de crédito	270	(707)	(4.189)
Ativos fiscais	90	(27)	(36)
Depósitos compulsórios e outros em Bancos Centrais	(2.470)	(2.470)	-
Outros ativos	(332)	(391)	(30)
Adiantamentos	(33)	(69)	-
Partes relacionadas	319	917	(1.153)
Depósitos	2.204	2.204	-
Obrigações fiscais correntes	473	747	55
Outros passivos	1.952	3.540	1.307
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	2.778	4.056	(3.977)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(403)	(514)	-
Imposto de renda dos juros sobre o capital próprio pago	-	(16)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	2.375	3.526	(3.977)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de imobilizado	(56)	(181)	(4)
Aquisição em títulos e valores mobiliários	(2.021)	(2.021)	(3.500)
Resgate em títulos e valores mobiliários	-	-	5.811
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(2.077)	(2.202)	2.307
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(91)	-
Aumento de capital	-	-	2.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	-	(91)	2.000
Aumento líquido de disponibilidades	298	1.233	330
Disponibilidades no começo do exercício	-	330	-
Disponibilidades no fim do exercício	298	1.563	330
Aumento líquido de disponibilidades	298	1.233	330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Somapay Sociedade De Crédito Direto S.A. (“Companhia”), é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, no Brasil. A Companhia tem como objetivo social: a) a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios com utilização de recursos financeiros de origem própria; e b) prestação de serviços de análise e cobrança de crédito para terceiros.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as observâncias às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando aplicável.

A Apresentação destas demonstrações contábeis está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”). A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação das demonstrações contábeis, que estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.910/21 e da Resolução BCB nº 2/20.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito e provisões para riscos processuais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram por ela aprovadas em 01 de abril de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir.

3.1. Disponibilidades

Disponibilidades incluem saldos em contas correntes bancárias, os quais estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo os fundos de investimento registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador e classificados conforme a intenção da Administração da Companhia.

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- i) Títulos para negociação;
- ii) Títulos disponíveis para venda;
- iii) Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidos no resultado do período.

Os títulos classificados como “títulos para negociação”, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/01.

Valor justo e categoria dos títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários da Instituição contabilizados em 31 de dezembro de 2023 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança.

A Instituição não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Instituição baseia-se em informações disponíveis no mercado.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

3.3. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, estando registradas pelo valor do principal, incorporando os rendimentos e encargos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

A provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa é classificada de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

3.4. Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A vida útil dos bens móveis, equipamentos e instalações são de 10 anos, com depreciação anual de 10%. A taxa de depreciação se manteve no decorrer do exercício de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

3.5. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

3.6. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.7. Capital social

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

3.8. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativos

A Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

3.10. Tributos

Tributos sobre as receitas

As receitas estão sujeitas à tributação de PIS, COFINS E ISS às alíquotas de 0,65%, 4% e 5%, respectivamente.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mês para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.11. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

3.12. Resolução CMN 4.966/21 - Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Nosso plano de implementação é composto pela revisão das atividades impactadas, desenho do modelo ideal, implementação dos requerimentos exigidos pela norma, ambiente de testes e ajustes necessários para a entrada em produção. O encerramento dos trabalhos de implementação está previsto para 2024. O plano inicial poderá ser impactado ao longo do processo considerando a emissão e/ou atualizações das normas pelo Bacen.

4. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

5. Disponibilidades

As disponibilidades apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídas por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades em moeda nacional	1.100	-
Aplicações financeiras - CDB	463	330
	<u>1.563</u>	<u>330</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com remuneração baseada na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

6. Títulos e valores mobiliários

a) As aplicações em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estão compostas como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos de renda variável - Cotas de fundos de investimentos	3.913	993
	<u>3.913</u>	<u>993</u>
Circulante	3.913	993
Não circulante	-	-

(*) Os títulos e valores mobiliários são compostos por Cotas Subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), constituído sob a forma de condomínio fechado, tendo como foco investimento em operações de crédito pessoal. O Fundo, denominado EXTRA BALANCE TOP SIERRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, tem como Administrador Fiduciário a Finaxis CTVM, como Custodiante o Banco Finaxis e como Gestor de Recurso a Petra Capital Gestão de Investimentos LTDA.

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>3.122</u>
Aplicações	3.500
Resgates	(5.811)
Remuneração	182
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>993</u>
Aplicações	2.021
Remuneração	899
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>3.913</u>

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	2° Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Títulos de renda fixa - Livres letras financeiras do tesouro	-	-	265
Títulos de renda variável - Cotas de fundos de investimentos	859	899	(7)
Títulos de renda fixa - CDB (i)	74	140	42
	933	1.039	300

(i) Os títulos e valores mobiliários de liquidez imediata, estão classificados no grupo de Disponibilidades, vide nota explicativa nº 5.

7. Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operação de crédito:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos	4.896	4.189
Provisão para crédito em liquidação duvidosa	(1.124)	(53)
	3.772	4.136
Circulante	3.633	4.136
Não circulante	139	-

b) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Operações	PCLD	Operações	PCLD
A vencer	3.445	(30)	3.697	(19)
Vencidos				
De 01 a 14 dias	112	(2)	102	(1)
De 15 a 30 dias	39	(3)	67	(1)
De 31 a 60 dias	42	(4)	123	(4)
De 61 a 90 dias	81	(13)	168	(17)
De 91 a 120 dias	85	(28)	28	(9)
De 121 a 150 dias	61	(33)	4	(2)
De 151 a 180 dias	80	(60)	-	-
Acima de 181 dias	951	(951)	-	-
	4.896	(1.124)	4.189	(53)

c) Movimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	<u>2° Semestre 2023</u>	<u>01/01/2023 a 31/12/2023</u>	<u>01/01/2022 a 31/12/2022</u>
Saldo inicial	(561)	(53)	-
Adições	(563)	(1.071)	(53)
Saldo final	<u>(1.124)</u>	<u>(1.124)</u>	<u>(53)</u>

d) Resultado das operações de crédito:

	<u>2° Semestre 2023</u>	<u>01/01/2023 a 31/12/2023</u>	<u>01/01/2022 a 31/12/2022</u>
Rendas de empréstimos	3.428	6.804	2.300
	<u>3.428</u>	<u>6.804</u>	<u>2.300</u>

8. Depósitos compulsórios e outros em Bancos Centrais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades em moeda nacional	10	-
Reserva no BACEN - Dinheiro eletrônico (i)	2.460	-
	<u>2.470</u>	<u>-</u>

- (i) Reserva no BACEN - Dinheiro eletrônico se refere a fundos mantidos com o BACEN, os quais servem como salvaguarda para depósitos de clientes investidos na Companhia, e possuem uma remuneração em 100% do CDI.

9. Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativas às operações com partes relacionadas, decorreram de transações com Companhia do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>Ativo (i)</u>	<u>Passivo (ii)</u>	<u>Ativo (i)</u>	<u>Passivo (ii)</u>
Soma Instituição de Pagamento S.A.	268	32	1.153	-
	<u>268</u>	<u>32</u>	<u>1.153</u>	<u>-</u>
Circulante	268	32	1.153	-
Não circulante	-	-	-	-

- (i) Refere-se a saldo em conta de livre circulação em parte relacionada (Soma Instituição de Pagamentos S.A.) com o objetivo de operacionalizar as operações de crédito nas contas de pagamentos dos clientes; e
- (ii) A natureza desses saldos está vinculada a montantes desembolsados pela (Soma Instituição de Pagamento S.A.) de clientes migrados para Companhia.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo os diretores estatutários, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários, e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2023, as remunerações totalizaram um montante de R\$ 1.258 (R\$ 113 em 31 de dezembro de 2022).

10. Depósitos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos em dinheiro eletrônico	2.204	-
	<u>2.204</u>	<u>-</u>

Atualmente, os depósitos em dinheiro eletrônico no Brasil incluem os saldos da “Conta da Somapay”.

A “Conta da Somapay” é uma conta pré-paga na qual os valores depositados pelos clientes são classificados como dinheiro eletrônico e devem ser alocados a títulos públicos ou em conta específica mantida no Banco Central do Brasil (ver nota 8), de acordo com as exigências regulatórias brasileiras. Portanto, esses tipos de depósitos não podem ser utilizados para qualquer outro tipo de investimento ou como fonte de financiamento para operações de crédito.

A “Conta da somapay” não fornece retorno de rendimento aos seus clientes. Todos esses depósitos possuem liquidez diária.

11. Obrigações fiscais correntes e outros passivos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigações fiscais correntes		
PIS e COFINS a recolher	119	38
Imposto de renda	55	-
Contribuição social	34	-
Impostos sobre serviços tomados	41	7
ISS a recolher	29	10
IOF a recolher	22	12
	<u>300</u>	<u>67</u>
Circulante	300	67
Não circulante	-	-

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outros passivos		
Credores diversos	3.945	719
Trabalhistas e sociais	858	686
Sociais e estatutárias	257	106
Outros passivos	142	-
	<u>5.202</u>	<u>1.511</u>
Circulante	5.202	1.511
Não circulante	-	-

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social é de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais) e estão representadas por 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em AGE de 25 de agosto de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) mediante a emissão de 2.000.000 (dois milhões) de ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 5 de dezembro de 2022.

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da Companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou R\$ 6 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou R\$ 10 de reserva legal.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

No período findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou R\$ 226 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou R\$ 106 de juros sobre o capital próprio.

d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

e) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Resultado básico por ação	2° Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Lucro atribuível aos acionistas	586	119	198
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	5.000	5.000	3.142
Resultado por ação - Em reais	0,12	0,02	0,06

13. Impostos sobre a renda

a) Demonstração dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto de renda	54	55	28	-
Contribuição social	9	34	8	-
	63	89	36	-
Circulante	63	89	36	-
Não circulante	-	-	-	-

b) Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social:

	2° Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Resultado antes do IR e CS	1.077	721	264
Alíquota fiscal combinada	40%	40%	40%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(431)	(288)	(106)
(Adições) Exclusões permanentes			
Juros sobre o capital próprio	90	90	42
Efeito majoração alíquota CSLL - Corrente	-	-	(3)
Parcela isenta do adicional de 10%	12	24	22
IR e CS no resultado do exercício	(317)	(174)	(45)
Total de despesa de IR e CS	(491)	(602)	(66)
Alíquota efetiva	29%	24%	17%

14. Despesas operacionais

a) Receitas de prestação de serviços

	2° Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2022
Confecção de cadastro - PF	3.372	5.188	218
	3.372	5.188	218

b) Despesas administrativas

	2° Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Processamento de dados	(2.469)	(3.701)	(491)
Serviços de terceiros	(2.455)	(3.686)	(1)
Serviços técnicos especializados	(1.006)	(1.784)	(490)
Promoções e relações públicas	(564)	(875)	-
Honorários da diretoria	(432)	(752)	-
Aluguéis	(234)	(459)	(219)
Viagens e hospedagens	(115)	(193)	-
Outras despesas administrativas	(97)	(156)	(33)
Energia elétrica e água	(58)	(99)	-
Condomínio	(43)	(80)	(53)
Transporte e combustível	(27)	(48)	(4)
Comunicações	(25)	(35)	-
Propaganda e publicidade	(5)	(30)	(2)
Bens de pequeno valor	(11)	(27)	-
Depreciação	(15)	(21)	-
Manutenção e conservação de bens	(9)	(18)	(7)
Serviços do sistema financeiro	(9)	(14)	2
	(7.574)	(11.978)	(1.298)

c) Despesas de pessoal

	2° Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Proventos	(1.796)	(3.307)	(748)
Encargos sociais	(617)	(1.143)	(204)
Benefícios	(463)	(829)	(136)
Treinamentos	(15)	(15)	-
	(2.891)	(5.294)	(1.088)

d) Despesas tributárias

	2° Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
COFINS	(520)	(817)	(115)
PIS	(85)	(133)	(18)
Imposto sobre serviços prestados	(169)	(260)	(11)
Outros impostos	(46)	(58)	(11)
	<u>(820)</u>	<u>(1.268)</u>	<u>(155)</u>

15. Riscos processuais

A Companhia não responde por processos judiciais e administrativos de qualquer natureza (trabalhista, cível e tributária), perante tribunais em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

16. Gerenciamento de riscos

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de riscos. Os riscos são administrados por uma estrutura de governança composta por:

Diretoria Executiva: que exerce a administração geral da Sociedade, assegurando o seu funcionamento com observância das políticas, composta por 2 (dois) membros, com mandato de 3 (três) anos, sendo um Diretor Executivo e um Diretor Administrativo.

Os principais riscos monitorados são:

Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A Sociedade tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito.

Os sistemas da Sociedade são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de segmentar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco (rating).

Risco de mercado

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A diretoria é responsável por monitorar o risco de mercado e, na hipótese deste risco apresentar alguma relevância, determinar critérios de cálculo e monitoramento.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado com o descasamento entre os fluxos de caixa entre os ativos e passivos da Sociedade em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado. A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da Sociedade.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da Sociedade dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Sociedade quanto fatores externos.

Risco socioambiental

Entende-se como risco socioambiental a possibilidade de ocorrência de perdas pela Sociedade em virtude dos danos socioambientais. Os danos socioambientais estão relacionados, mas não se limitando, à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade. A avaliação do risco socioambiental é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais.

Gerenciamento do risco operacional

A Sociedade define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.557/17, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da Sociedade ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Sociedade, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Sociedade.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

Gerenciamento de capital

A Companhia possui estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN n.º 4.606/17 e alterações. A Companhia está enquadrada no Segmento S5 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5), mantendo patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN. Na data-base 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um Patrimônio de Referência de R\$ 4.997 (R\$ 5.104 em 31 de dezembro de 2022) e o montante de seus ativos, devidamente ponderados pelo risco (“RWA”), era de R\$ 29.103 (R\$ 10.349 em 31 de dezembro de 2022) na forma simplificada (RWAs5) da Resolução n.º CMN 4.606/17 e alterações.

Para instituições enquadradas no PRS5, o requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12, II da Resolução CMN nº 4.606/17 é de 17%, o equivalente a R\$ 4.947 (R\$ 1.759 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia encontra-se em conformidade com as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil no que se refere à metodologia simplificada, mantendo PRS5 em valor superior ao requerimento mínimo (17%).

17. Eventos subsequentes

Não ocorreram fatos relevantes entre a data final do exercício e a data de aprovação da emissão dessas demonstrações contábeis.

FERNANDO SOARES GURGEL
Diretor Executivo

FELIPE FERREIRA BRAZ DA SILVA
Contador CRC 1SP331427/O-3